

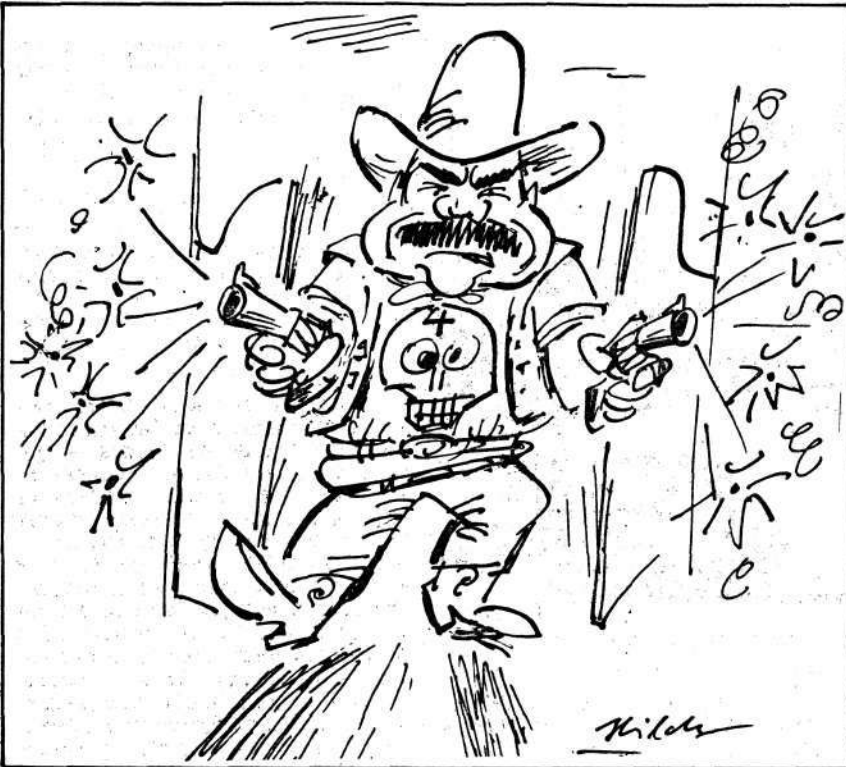
# Retaliação atinge um amigo de Richa

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Palácio do Planalto desfechou ontem um novo ataque contra os que votaram pelos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney: demitiu Inácio Mamanna Neto da presidência da Comissão de Financiamento da Produção. Mamanna foi indicado para o cargo pelo senador José Richa, que deverá mesmo ser o mais atingido pela operação de retaliação do governo federal. Assesores palacianos, no entanto, negaram qualquer intenção de revanchismo na medida. "Ninguém vai ser demitido por vingança, mas por razões administrativas", disse um funcionário.

O senador José Richa, segundo parlamentares fiéis ao governo, é o político com o maior número de indicações para cargos na administração federal, todas feitas ao tempo em que era amigo pessoal de Sarney. Ele conseguiu uma das diretorias do Banco do Brasil para o ex-deputado Sebastião Rodrigues e colocou Teobaldo Machado como diretor da Caixa Econômica Federal. Mas a Comissão de Financiamento da Produção, de acordo com fontes do Planalto, foi onde Richa mais disseminou seu poder de influência. Há vários diretores ligados ao senador na CFP, alguns por indicação conjunta com o governador Álvaro Dias. Eles têm também apadrinhados no Inera e na Portobrás.

"O presidente da República tem o direito de nomear e demitir quem ele quiser. Só espero que ele coloque na presidência da CFP alguém tão competente, sério e honesto quanto Inácio Mamanna", reagiu o senador



paranaense. Ele garantiu ontem que não indicou pessoalmente Mamanna para o cargo. Apenas atendeu ao ex-presidente Tancredo Neves, que pediu que ele, como governador do Paraná, coordenasse a indicação de um nome do setor agrário do estado para a vaga.

"Eu reuni as lideranças patronais e dos trabalhadores e depois submeti uma lista de nomes à banca estadual, que aprovou a indicação de Mamanna", explicou o senador, acrescentando que a demissão "não faz nenhuma diferença para mim

nem para Mamanna, que pretendia sair logo depois que organizou a CFP". O senador disse ainda que nunca pediu nada ao funcionário e que nem sabe onde fica o gabinete do órgão em Brasília.

Além de Richa, os nomes postos na lista negra do Palácio do Planalto, com mais destaque, são os do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e dos governadores Waldir Pires e Miguel Arraes. No sábado, o ministro Ronaldo Costa Couto chegou a falar, por telefone, com Waldir Pires. Pediu apoio para o mandato de cinco

anos e ouviu do governador que o Planalto jamais prestigiou a vitória peemedebista na Bahia.

Assesores do presidente não quiseram admitir ontem o caráter político da demissão de Raul Brunini da superintendência da Radiobrás. A ameaça de demissões, no entanto, continuou a ser usada em todas as informações confidenciais. Na lista foram incluídos até o presidente do BNDES, Márcio Fortes, e seu vice, André Franco Montoro Filho.

"Todos aqueles que integram a minha equipe e que discordam dos cinco anos não ficarão", afirmou ontem o ministro da Agricultura, Íris Rezende. Está praticamente certa a nomeação do engenheiro Paulo Souto para a superintendência da Sudepe. Ex-secretário de Minas e Energia do governo João Durval, da Bahia, ele é bastante ligado ao ministro Antônio Carlos Magalhães. O anúncio deverá ser feito ainda hoje. Com a escolha de um técnico ligado ao PFL baiano, o presidente Sarney confirma a preferência do PMDB de Pernambuco, orientado por Arraes e que queria o cargo para seu vice, Carlos Wilson.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) protestou ontem contra a demissão de Raul Brunini da Radiobrás, afirmando que "este foi um ato de mesquinhez muito grave, muito insensato". Ela repeliu também as declarações do governador de Minas, Newton Cardoso, de que, "se for implantado o parlamentarismo, o doutor Urutu terá que tomar conta da Nação". Para a deputada, "esta não é frase para um governador de um Estado de tradições políticas como Minas".

## Antônio Carlos e Dornelles discutem

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) mantiveram áspera discussão na tarde de quinta-feira, quando o parlamentar foi comunicado ao ministro que votaria pelo mandato de quatro anos para o presidente Sarney. A discussão, segundo as versões que circularam no Congresso e no Palácio do Planalto, teria evoluído até para um tapa dado pelo ministro no pescoço de Dornelles, mas ambos negam este detalhe.

"Foi uma conversa cordial, o ministro depois me levou até o elevador", desmentiu Dornelles. "Acompanhei o deputado ao elevador, mas lhe disse que ele não tinha moral para apregoar a independência que deseja em relação ao governo", comentou o ministro Antônio Carlos.

A conversa não foi nada cordial, como sugeriu o constituinte. Depois de ouvir os argumentos de Dornelles pela decisão em relação ao mandato presidencial, o ministro Antônio Carlos retrucou em voz alta dizendo que "os constituintes que votam pelos cinco anos têm mais moral do que você, porque não viajam para o Exterior à custa de empresas particulares".

O deputado e ex-ministro da Fazenda irritou-se com a menção feita

pelo ministro, que não a quis especificar posteriormente, demonstrando tratar-se de algo do conhecimento dos dois.

A discussão foi ouvida ao lado do gabinete ministerial por assustados assessores. "Perco a República mas não perco o amigo", teria respondido o parlamentar, quando o ministro retrucou que sua amizade não mais lhe interessava.

### Segredo

As versões que circularam, transmitidas por duas supostas testemunhas que se encontravam fora do gabinete, são mais violentas. Dornelles teria saído às pressas, muito vermelho, ajeitando os óculos, e o tapa foi ouvido de fora, durante a violenta discussão sobre a duração do mandato do presidente Sarney e sobre a maneira como deveria votar o constituinte, tido como devedor de favores do governo, que facilitaram sua eleição no Rio de Janeiro. O incidente político-constitucional foi mantido em segredo até ontem, quando começou a ser comentado no Congresso.

Francisco Dornelles votou pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney, mas como seria um dos devedores de favores oficiais a esses argumentos foram utilizados na conversa com o ministro, era desejo do governo que ele alterasse sua disposição e acabasse por apoiar os cinco anos.

## Sul apóia as eleições gerais-88

AGÊNCIA ESTADO

Os governadores dos três Estados do Sul, Álvaro Dias (PR), Pedro Ivo Campos (SC) e Pedro Simon (RS) manifestaram-se ontem, em conjunto, favoráveis a eleições gerais no próximo ano, caso prevaleça na Constituinte a mudança do regime de governo. Os três disseram-se prontos a abrir mão de metade de seus próprios mandatos em favor de uma nova eleição para governadores, e Álvaro Dias defendeu ainda a realização de plebiscito, para que o povo diga se o Congresso Nacional pode ter atividade própria do parlamentarismo. Se o povo negar esse direito aos congressistas, Dias acha que a solução seria uma nova eleição para compor o Congresso, já que a decisão popular extinguiria o mandato dos atuais parlamentares.

Os três governadores deram entrevista durante reunião ontem, no Palácio Iguaçu, em Curitiba, ao Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul). A reunião foi pública e contou com a presença do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que garantiu estar "integralmente de acordo" com a proposta de eleições gerais em 1988. Segundo o ministro, "parlamentarismo sem consulta popular ou sem eleição geral é parlamentarismo bônico, e parlamentarismo bônico não dura", preveniu.

A agenda do encontro previa apenas um debate sobre a questão energética na região. Foi o governador anfitrião, Álvaro Dias, que introduziu a política no que seria um encontro técnico, ao repetir enfático, durante o seu discurso, que "está em curso um golpe parlamentar no País".

"No momento em que estamos reorganizando a Nação, já convocamos os candidatos e temos que a Constituinte acabe por se transformar em um grande palanque eleitoral, numa passarela de candidatos a primeiro-ministro, em março, e a presidente, em novembro", afirmou o governador paranaense, ao lamentar a decisão da Comissão de Sistematização de aprovar a mudança do regime de governo e reduzir para quatro anos o mandato do presidente Sarney.

Álvaro Dias voltou a frisar que não reconhece legitimidade nos atuais constituintes para permanecerem em suas funções em um regime parlamentarista, e afirmou que teme "perturbações maiores" na ordem política, com a implantação imediata do parlamentarismo, acreditando que o novo regime fará recrudescer o fisiologismo político. "Se para o governo indicar o superintendente da Sudepe já assistimos a um lamentável festival de fisiologistas, imagine então como seria a indicação de um primeiro-ministro", comparou.

O governador gaúcho, Pedro Simon, que é favorável a cinco anos de mandato para Sarney e ao parlamentarismo, desde que implantado somente no próximo mandato presidencial, teme, por sua vez, que o parlamentarismo agora comprometa "para sempre" a implantação desse regime de governo no País, "e nos remeta às crises do presidencialismo que temos vivido nos últimos cem anos". Já o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, se disse igualmente "preocupado com o destino do País" e cobrou dos constituintes "a preocupação de defender os interesses maiores da Nação brasileira". Os dois garantiram apoio à tese de Álvaro Dias de eleições gerais e confirmaram que abrem mão de seus respectivos mandatos. Pedro Ivo ainda fez uma ressalva: a insatisfação popular que vem pressionando os constituintes pela redução do mandato do presidente Sarney não tem cunho político, mas econômico. "Se o presidente tiver outro toque de magia, semelhante ao Plano Cruzado I, será novamente algoado aos pináculos da glória", previu Pedro Ivo.

# Sistematização conclui trabalho

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Constituinte volta a reunir-se hoje, mas apenas para aprovar a redação final do último título do substitutivo, o das disposições transitórias, cuja votação foi concluída ontem, e para fazer uma espécie de encerramento solene desta fase de trabalho.

Nesta reunião, marcada para as 15 horas, será apresentado breve balanço das atividades da Comissão nestes 55 dias, quase ininterruptos, de votação de destaques e emendas ou de partes do substitutivo Bernardo Cabral para exame em separado. Deverão discursar os líderes partidários, o relator e o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos.

A Comissão não se dissolve. Depois que seu substitutivo passar pelo plenário, caberá a ela elaborar a redação "do vencido", ou seja, do que o plenário aprovou. Este texto voltará, a seguir, ao plenário, por 15 dias, para ser discutido em segundo turno, quando serão admitidas emendas supressivas ou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação, para correção de linguagem. No segundo turno, a votação do projeto será feita globalmente, ressalvadas as emendas e os destaques para exame em separado. O próprio relator fez questão de lembrar que, apesar das críticas, o plenário da Comissão manteve de 90 a 95% do texto por ele proposto.

### NOVO CRONOGRAMA

O cronograma de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte dependerá agora da sessão plenária, prevista para a próxima terça-feira, quando serão discutidas a proposta de alteração do regimento interno apresentada pelo Centrão, bem como a contraproposta levada como resposta por Ulysses Guimarães na semana passada e o substitutivo a ela, novamente do Centrão.

Na hipótese de um único dia ser suficiente para resolver o tão polêmico regimento interno, já haveria um

provável calendário, que, cumprido à risca, estabeleceria a data de 9 de dezembro como o primeiro dia para apreciação e votação de todo o projeto de Constituição, com as alterações feitas pela Comissão de Sistematização e com as inovações que seria possível o relator Bernardo Cabral introduzir por conta da apresentação de novas emendas de plenário.

De todo modo, uma coisa pelo menos é certa: no dia seguinte à aprovação das alterações ao regimento interno será publicado o novo regimento e, um dia depois, aberto um prazo de três dias para que os constituintes possam apresentar emendas ao Cabral 2, alterado pelas votações da Comissão de Sistematização. A partir daí, o relator Bernardo Cabral terá igualmente três dias para preparar seu novo parecer sobre as emendas, o que resultará no Cabral 3. Publicado o parecer no prazo de 24 horas, abre-se mais três dias para que os constituintes possam apresentar destaques e, após mais dois dias para ordenamento destes destaques e sua publicação, começa a votação em primeiro turno no plenário, sem prazo algum para terminar.

Tomando-se como exemplo a data de 24 de novembro para votação das modificações ao regimento interno, ficaria, assim, o cronograma provável da Constituinte: 24-11, votação das modificações ao regimento; 25-11, publicação e divulgação; dias 26, 27 e 28-11, apresentação de emendas (cada constituinte pode apresentar até três emendas, o que daria 1.877 emendas para os 559 constituintes); dias 29 e 30-11, publicação e divulgação das emendas; dias 1º, 2 e 3 de dezembro, parecer do relator Bernardo Cabral (Cabral 3); dia 4-12, publicação do parecer do relator; dias 5, 6 e 7, apresentação de requerimento de destaques (cada constituinte poderá apresentar até seis destaques, o que dará ao todo 3.354 destaques para os 559 constituintes; dia 8-12, ordenação dos destaques; e dia 9-12, início da votação, em primeiro turno, do Cabral 3 no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

## Candidatos aparecem. Devagar

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB e o PFL ainda não chegaram a um consenso sobre o melhor momento para lançar seus candidatos à Presidência da República. Há também divergências internas em relação aos nomes ideais. "A candidatura Aureliano Chaves é a única capaz de unir o partido", diz o deputado Jaime Santana (PFL-MA). Uma opinião que não é compartilhada pelo líder da bancada no Senado, Carlos Chiarelli. Ele resiste até a comentar a participação do PFL na disputa da sucessão de Sarney.

"Qualquer candidatura colocada agora será apodada", afirma Chiarelli, para quem é preciso primeiro definir as regras do jogo para depois escolher o nome mais adequado. O senador está interessado principalmente na definição do sistema de governo, que deverá alterar o processo sucessório. " Perguntem ao Brizola se ele é candidato com a implantação do parlamentarismo em março", ironiza.

Os dirigentes do PFL se recusam a admitir que o presidente do partido, Marco Maciel, esteja insistindo para que Aureliano Chaves deixe o Ministério das Minas e Energia para entrar na campanha eleitoral. Negam também que o ministro esteja cauteloso pelo fato de que o PFL só elegeu um governador de estado no ano passado, o de Sergipe, e não aumentou seu prestígio eleitoral. Por esse raciocínio, ele não estaria interessado em se expor.

Apesar das dificuldades, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) considera Aureliano o melhor candidato.

Seu argumento é de que o ministro, por sua pregação liberal e por sua seriedade, tem condições de atrair o voto da classe média. Em conversas particulares com colegas da Constituinte, Bornhausen resalta que, na hipótese de Aureliano não aceitar participar da disputa presidencial, o PFL deve apoiar o empresário Antônio Ermino de Moraes.

No PMDB, a corrente mais articulada é a de centro-esquerda, que aposta em Mário Covas, Waldir Pires e José Richa. Os três assumiram o compromisso de defender o parlamentarismo na votação da matéria em plenário. O mesmo grupo está convencido de que o governador Orestes Quéricia já é o candidato do Planalto à Presidência da República. "Ele tem o perfil ideal: não é de es-



Votação encerrada, a Comissão de Sistematização fará hoje sessão solene

## Minoria dita as regras

Com o encerramento de prazo, ontem, para que a Comissão de Sistematização completasse o trabalho de votar o projeto de Bernardo Cabral, tornou-se patente que o plenário da Assembleia Nacional Constituinte foi logrado, porque os temas políticos de maior importância acabaram apreciados por uma minoria, tornando-se muito difícil, agora, para a maioria, alterar as decisões que encontraram receptividade junto à opinião pública.

Exemplo claro é o da aprovação dos 4 anos de mandato para o presidente José Sarney. Apenas 52 deputados decidiram a questão, a qual, para ser modificada pelo plenário, precisaria de maioria simples, ou seja, no mínimo 280 votos. Evidente que a articulação de 280 parlamentares é muito mais complexa e demorada, mas o principal entrave não é este: o que realmente deixa o plenário em situação delicada é a circuns-

tância de correr o risco de contrariar a opinião pública, na medida em que pretendem alterar algumas decisões votadas pela Sistematização.

Assim, tendo esvaziado a discussão em torno dos temas mais importantes e deixado para o plenário aquilo que seria o resto do projeto de Cabral, se verificou uma espécie de golpe político em calejados parlamentares, os quais tiveram que o assimilar no momento em que o senador Fernando Henrique Cardoso definiu o regimento da Comissão de Sistematização.

Na verdade, o perfil de esquerda, que predomina em referida Comissão, ensejou um comportamento habilidoso que teve por objetivo deixar à margem das discussões a grande maioria da Constituinte. Enfim, a Comissão de Sistematização esvaziou os temas importantes e fez definições que interessavam ao grupo esquerdista. Qualquer discussão em plenário, daqui para a frente, terá

que partir de questões já decididas — e isso mostra a enorme complexidade para mudanças.

Dias atrás, quando o "Centrão" procurou organizar-se, nada mais fez do que tentar restabelecer para o plenário o direito inerente ao mandato de cada parlamentar, que é o de emendar. Talvez não se possa elogiar a Comissão de Sistematização pela demora ou rapidez na apreciação dos temas políticos nem pela qualidade das decisões adotadas, mas sem qualquer dúvida sobrou malícia no golpe que resultou na marginalização da maioria, a qual ficou fora das discussões.

Outro aspecto que deixa os integrantes da Comissão de Sistematização em posição privilegiada foi o de poder avaliar — e conhecer por antecipação, portanto — as posições daqueles que eram espectadores dos acontecimentos, quando deveriam ser participantes. A.T.C.

## Sarney força vaga no STF para um assessor

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Diário Oficial da União deverá publicar hoje o pedido de aposentadoria do ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR), Lauro Leitão, que se antecipa em cinco anos ao prazo legal, a pedido do presidente Sarney, que pretende colocar na sua vaga Edson Vidigal, maranhense, amigo pessoal e assessor do presidente, assessor jurídico do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e sócio de uma empresa de representações e consultoria, criada em conjunto com o ex-conselheiro político da embaixada americana, George Brown.

Para abrir mão da vaga no TFR, Lauro Leitão ganhará uma vaga no Conselho Federal de Educação (CFE). Lauro Leitão é proprietário do Centro de Estudos Universitários de Edevaldo (Ceub) e muito amigo de Edevaldo Alves da Silva, proprietário das Faculdades Reunidas de São Paulo e dono da cadeia de rádio e televisão Capital. Estas informações foram obtidas ontem, em Brasília, na área jurídica, e provocaram a saída apressada do ministro Paulo Brossard, da

Justiça, para o Palácio do Planalto.

Sarney tem prazo curto para tramitar tudo. E que o Senado precisa aprovar a nomeação de Edson Vidigal para o TFR em apenas 17 dias, porque o recesso inicia-se em 5 de dezembro e, quando retornar às atividades em 1988, já estará implantado o novo sistema do Judiciário, que prevê um Tribunal de Justiça substituindo o TFR, a ser composto com normas diferentes das atuais.

Há três semanas, circulou em Brasília um prospecto anunciando a criação da firma Pecanha, Brown, Vidigal e Associados. Objetivo: prestar serviços de consultoria a clientes interessados em utilizar o livre trânsito dos seus sócios. É o que se desprende das observações feitas pelo folheto, como a condição de Vidigal de "conselheiro especial do presidente do Brasil, tendo participado de seu staff imediato desde 1985". A firma é composta, ainda, por Celso Pecanha, ex-líder do PTB na Câmara; George Brown, um advogado norte-americano; e conta com a colaboração de Richard Foster, ex-correspondente do Financial Times no Brasil, além do consultor jurídico da Embaixada dos EUA, no Brasil, Paulo Rolo.



Aureliano Chaves